

O Sertão do Contestado: uma análise de história conceitual

Eloi Giovane Muchalovski

Universidade Estadual do Centro-Oeste
Guarapuava - Paraná - Brasil
eloigiovane@gmail.com

Oséias de Oliveira

Universidade Estadual do Centro-Oeste
Guarapuava - Paraná - Brasil
oseias50@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo propõe uma discussão acerca do conceito de “sertão”, com especificidade em sua noção no contexto do Contestado (1912-1916), com ênfase nas obras de Alcebíades Miranda (2012), Demerval Peixoto (1995), Aujor Ávila Luz (1999), Maurício Vinhas de Queiroz (1977) e Paulo Pinheiro Machado (2004). Para tal, desenvolver-se-á uma abordagem genérica da categoria “sertão”, sua constituição etimológica, problematizando sua idealização nos primórdios da historiografia brasileira, categoria esta figurada nos pensamentos de Varnhagen, Capistrano de Abreu e Sergio Buarque de Holanda. Também serão pontuados aspectos teóricos da “história conceitual”, campo de estudo que concebe o significado de termos e palavras em constante mudança, carregada de significância histórica e cultural. Em seguida, abordar-se-á a importância do debate historiográfico nos estudos históricos, enfatizando o caráter auto reflexivo da história, o qual contribui para a superação crítica de determinadas visões de mundo, demonstrando que certos modelos podem não ser os melhores em termos analíticos. Em suma, o texto apresenta uma possível linearidade do pensamento intelectual de importantes estudiosos do movimento sertanejo do Contestado, nos quais o “sertão” configura desde um local distante, desabitado, inculto, até um lugar praticado, não isolado, de intensas e conflituosas relações sociais e culturais.

Palavras-chave: Sertão. História conceitual. Historiografia. Contestado.

Introdução

No presente artigo pretendemos debater o “sertão do Contestado” a partir de uma perspectiva conceitual. Torna-se, portanto, necessário fazê-lo sob uma perspectiva historiográfica, uma vez que a historiografia é o caráter autorreflexivo do conhecimento histórico e que integra os historiadores. Sendo assim, é evidente a necessidade do debate historiográfico acerca dos conceitos, pois é através deste método que se infere de maneira menos míope a trajetória de um determinado termo linguístico no espaço e no tempo.

No caso específico da discussão historiográfica no trabalho histórico, selecionamos três intelectuais que ajudam a melhor compreender a importância da historiografia: Jurandir Malerba (2006), Hosrt Walter Blanke (2006) e Agnes Heller (1993). Estes autores

concordam e explicitam a historiografia como o grande fundamento da história enquanto disciplina.

É importante lembrar que o caráter de autorreflexão é algo muito específico da História, não sendo empregada por nenhum outro campo do conhecimento humano, não na mesma intensidade e com a mesma capacidade permanente de questionar-se enquanto ciência, de rever interruptamente seus métodos e teorias com tamanha autocrítica, como é capaz a História. “O caráter autorreflexivo do conhecimento histórico talvez seja o maior diferencial da História no conjunto das ciências humanas” (MALERBA, 2006, p.15).

Malerba (2006, p.15) é enfático ao chamar de “aberrações” os trabalhos que não debatem historiografia. Tal crítica é plausível quanto ao fato desta ser uma característica, uma capacidade exclusiva, que não é de nenhuma outra das ciências. Não sendo, assim, passível de negação, haja vista a contribuição intelectual que tal prática oferece ao historiador na construção de sua reflexão teórica acerca de seu objeto. Não há como negar o aporte oferecido por aqueles que antecedem qualquer pesquisador em seu tema, uma vez que este nunca partirá do zero.

Contudo, não podemos afirmar que, na prática, o exercício da crítica historiográfica tem sido feito dentro de parâmetros ao menos análogos e nem recebido a mesma atenção por parte dos historiadores – e seu exercício no Brasil é prova irrefutável disso (MALERBA, 2006, p. 15).

Entender que nenhuma obra é totalmente inédita é o começo para um bom trabalho no campo da história. Muitas vezes, o historiador acredita tanto na sua originalidade que deixa de verificar e discutir em profundidade, como deveria, aqueles que o antecederam. Pois fatalmente é possível não existir nenhuma reflexão que tenha meditado sobre o tema exatamente como o historiador pensara, mas é quase certo que se encontrarão trabalhos em outra perspectiva, uma vez que a escrita é uma construção intelectual pertinente ao presente de sua redação.

É possível que aqueles que já trataram de uma problemática específica não tenham compartilhado de um mesmo pensamento, muito por efeito da circunstância de sua temporalidade. Nem por isso deixaram de pensar, contudo, em outra ótica. Reconhecer o não ineditismo é também uma prática historiográfica, a análise do referencial antecedente materializa-se como base estrutural do tema proposto pelo historiador que a empreende.

A historiografia é um produto intelectual, o qual integra as práticas culturais de narração histórica. De tal maneira, Malerba (2006, p. 16) enfatiza a necessidade de não se julgar os trabalhos antecedentes sobre um determinado tema, pela quantidade e exatidão das informações, tampouco pelo prazer que a leitura do texto proporciona, mas sim pela sua

historicidade. Não é a citação precisa de datas, a abundância de fontes ou o texto fluido que deve destacar uma obra, mas sim sua composição no tempo. É isso que constitui a relevância de um trabalho no contexto de sua escrita e que, por sua vez, o torna expressivo.

Falar de “sertão” na atualidade tem uma historicidade diferente daquela vivenciada por Demerval Peixoto (1995), por Maurício Vinhas de Queiroz (1977) ou por Duglas Teixeira Monteiro (1974), a título de exemplo. Os momentos temporais têm vivido a influência na narrativa, como também a percepção dos conceitos, tanto pelo fato do intelectual ser parte do objeto, enquanto indivíduo reflexivo feito de emoções e motivações, quanto pelos impulsos da atividade de pesquisa que elege de tempos em tempos uma temática em ressaltado.

Desde o ano de 2012 tem aumentado significativamente o rol de monografias, dissertações e teses, assim como os eventos acadêmicos, seminários, simpósios, congressos, em razão da passagem do centenário do Contestado. Datas comemorativas de cinquenta ou cem anos de um determinado fato histórico sempre desencadearam dilatações na quantidade de obras a seu respeito, o que é exemplificador de que situações da historicidade do presente influenciam diretamente no fazer historiográfico, o que de maneira alguma minimiza a qualidade dos trabalhos, ao menos, não por isso.

Durante muito tempo foi amplamente aceito que o Contestado não teve uma divulgação literária dilatada, em boa parte pela falta de um Euclides da Cunha, assim como teve Canudos (CABRAL, 1979, p. 5). Entretanto, na atualidade, tal ideia é vigorosamente combatida, posto que a quantidade de obras publicadas, logo após o findar do conflito em 1916, foi significativamente maior que a de Canudos.¹ Assim sendo, há uma possibilidade muito profícua para a sua discussão historiográfica, mesmo que muitos destes trabalhos não sejam propriamente textos da história, mas que abordam o Contestado sob perspectivas históricas. No caso da temática aqui trabalhada, assim como de outros tantos temas possíveis, a análise historiográfica, a história da historiografia apresenta-se como “uma atividade nova” (BLANKE, 2006, p. 27), que precisa sim ser debatida, posto que “serve como instrumento de verificação de padrões científicos, ou então, o que está estritamente relacionado com a função anterior, como verificação de posições ideológicas” (BLANKE, 2006, p. 32).

¹ Opinião defendida pelo historiador Paulo Pinheiro Machado em palestra intitulada *Contestado na sala de aula: reflexões e possibilidades para o Desenvolvimento Regional*. Palestra esta proferida durante o *I Seminário sobre Educação e Desenvolvimento Regional: os planos de educação e os desafios*, realizado na cidade de Canoinhas entre os dias 16 e 20 de maio de 2016.

Horst Walter Blanke (2006), quando descreve as funções da historiografia, demonstra com clareza o quanto o esforço de análise das obras existentes sobre um tema específico contribui para a superação crítica de determinadas visões de mundo, demonstrando, em alguns casos, que certos modelos tradicionais não são exatamente os melhores em termos analíticos. Em contrapartida, é possível com tal método a redescoberta de autores pouco conhecidos, supostamente marginais ou esquecidos, mas que contribuíram significativamente para a temática em estudo.

No âmbito do Contestado um autor pouco discutido, o qual materializa muito bem a sugestão de Blanke (2006), é Alcebíades Miranda² (2012), o qual não circula muito dentro dos trabalhos acadêmicos sobre o Contestado, em grande parte pela visão preconceituosa que exprime sobre os sertanejos. Contudo, deslocando um pouco o foco de análise, no caso, sobre suas considerações acerca de uma concepção de “sertão”, o autor mostra-se consideravelmente pertinente, uma vez que, por inúmeras vezes, utiliza-se do conceito para expressar ideias diferentes em sua narrativa.

Ao considerar-se, dentro uma proposta de análise conceitual, as obras mais circundantes no meio acadêmico, deixar-se-ia, com grande probabilidade, de se mencionar Alcebíades Miranda. Porém, em respeito à proposta de função crítica da historiografia, sugestionada por Blanke (2006), uma referência a Miranda fatalmente é pontual. Não obstante, neste artigo, não abordar-se-á este autor com o devido merecimento, já que a escolha circunda basicamente sobre outras três obras: *Os fanáticos* de Aujor Ávila da Luz (1999), *Messianismo e conflito social* de Maurício Vinhas de Queiroz (1977), e *Lideranças do Contestado* de Paulo Pinheiro Machado (2004). Mesmo assim, fica aqui o registro da visão deste autor quando ele, em referência ao texto *Os sertões*, de Euclides da Cunha, procura estabelecer uma diferenciação entre os “sertões” nordestinos e sulinos:

O que, porém, o insigne escritor não fez, foi comparar os sertões do norte com os do Paraná e de Santa Catarina, pois no Rio Grande do Sul não há propriamente sertões. Os paralelos estabelecidos entre os teatros de operações do vaqueiro e do gaúcho se referem mais especificamente no chão do nordeste e ao pampa rio-grandense. Em se tratando, porém, dos sertões de Santa Catarina e do Paraná a coisa muda de figura. Estes são análogos aos do norte, quanto à solidão e ao quase abandono em que se ostentam a vegetação, porém, é diferente. Os vales meridionais são profundos, ensolarados e cheios de correstes cristalinas, onde a água nunca falta. As matas são densas e povoadas de árvores gigantescas e de madeira de lei. Se às vezes se mostram inextrincáveis, isso é devido ao *urubá* e à *crixiúma* e a outros arbustos que crescem entre imbuías, e sobretudo no meio dos pinheiros que aí abundam (MIRANDA, 2012, p. 14-15).

² Militar, memorialista do conflito, Miranda concluiu a escrita de seu trabalho em 1939, porém a publicação da primeira edição de sua obra ocorreu apenas em 1987.

Ainda com relação à questão da historiografia, cabe ressaltar que ela pode, segundo Blanke (2006, p. 28-32), ser organizada tanto tipológica como funcionalmente. Com relação aos tipos, pode-se organizá-la: pela história dos historiadores, pela história das obras, pelo balanço geral, pela história da disciplina, pela história dos métodos, pela história das ideias históricas, pela história dos problemas, pela história das funções do pensamento histórico, pela história social dos historiadores ou pela história da historiografia teoricamente orientada. De tal maneira que a variedade possível se apresenta como um verdadeiro cardápio de tipos para aqueles que objetivam problematizar seu tema historiograficamente.

Entretanto, o arranjo tipológico não é para Blanke (2006) o mais importante da organização historiográfica, mas sim o funcional. A historiografia tem uma função, posto que, ao se discutir historiografia se a problematiza como uma função afirmativa ou crítica. Ou seja, assume um caráter de confirmação da pertinência de uma teoria, de um pensamento recorrente entre o rol dos trabalhos selecionados, ou como contestação deles, uma vez que é através de tal análise que se verificam as contradições e as lacunas existentes entre as obras. É possível estabelecer na historiografia uma postura crítica, a qual é capaz de superar, de rever posições.

O uso da perspectiva funcional da historiografia pode assumir assim uma função crítica que nem por isso caracteriza o trabalho como essencialmente inovador, diferenciado. Não é porque a obra é crítica que todos a aceitarão facilmente, posto que há a possibilidade de esta estar referta de intencionalidade.

Agnes Heller (1993, p. 69), em *Uma teoria da história*, mostra que a historiografia é uma objetivação, uma tradução do entendimento da história pelo historiador. Assim, o “sertão do Contestado” pode ser objetivado, pode ser traduzido através da historiografia, dando um entendimento muito mais específico para o conceito, transformando toda uma reflexão intelectual em conhecimento.

Considerando desse modo a historiografia enquanto conhecimento, Heller (1993) é determinante quando aponta a tripartite, passado, presente e futuro, no fazer historiográfico. Significando que no momento em que se problematiza “sertão”, nessa lógica, busca-se o conceito nos relatos do passado colocando-o na discussão do presente. E, ao fazer tal, se estará inserindo-o em um raciocínio que aspira um avanço enquanto pesquisa, o que, por sua vez, servirá também como material histórico para a discussão futura.

A história conceitual como teoria para o estudo histórico

É com o historiador alemão Reinhart Koselleck, que se destaca por uma das teorias históricas mais solúveis com a linguística: a história conceitual ou história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*).³ Uma perspectiva historiográfica que propõe pensar criticamente a tradução descontextualizada de palavras, de expressões, cronologicamente relacionadas ao campo semântico de sua constituição, como também procura ser crítica à história das ideias (KOSELLEK, 2006, p. 104).

Em essência, uma história que busca, nos diferentes tempos e sociedades, o reconhecimento de termos que estão em constante mudança, demonstrando como determinada palavra pode ser associada a diferentes significados em uma temporalidade. Contudo, as conceituações por ela tratadas não podem ser consideradas como fruto do acaso, parte de uma simples descoberta, “mas de um exame atento e penetrante, de uma apercepção intelectual que se pode comparar ao esforço da visão” (VEYNE, 1976, p. 69). Têm uma premente necessidade de que sejam históricas, que não sejam apenas definições, pois os conceitos sofrem modificações, acréscimos, contestações, têm ligação com o processo temporal. Uma definição é estática, definitiva, universal, atemporal.

O historiador Paul Veyne (1976) apresenta na obra *História: novos problemas*, de Jacques Le Goff e Pierre Nora, um texto intitulado *História conceitual*, o qual é bastante acessível e de bom entendimento sobre o conceito da história e das ciências. Através dele, é visível a concepção de que o conceito na história tem um momento marcado, a ideia de conceito passa por um momento específico estabelecido entre o final do século XIX e início do século XX, dentro da discussão da própria história como disciplina.

No século XX, havia uma parcela de intelectuais da sociologia reclamando dos ídolos do historiador, dos problemas da história.⁴ É nesse cenário que a história como disciplina se manifestou para dizer que possuía algo diferente, sendo a história conceitual

³ Termo em alemão para designar história dos conceitos, empregado originalmente por Reinhart Koselleck.

⁴ Se em meados do século XX a história reviu seus caminhos e seus métodos, isso muito se deu pela intensa crítica exercida pelos sociólogos, os quais questionaram a cientificidade da história. Por conseguinte, foi justamente por influência do sociólogo Émile Durkheim que o historiador Marc Bloch escreveu uma de suas obras mais citadas, *Apologia da história ou o ofício de historiador*, texto escrito em resposta às críticas da sociologia, publicado em 1949 por Lucien Febvre devido a morte de Bloch em 1944. Outro importante debate nas ciências do homem, foi travado entre o antropólogo Claude Lévi-Strauss e o historiador Fernand Braudel. Em 1949, Lévi-Strauss publicou o texto *História e etnologia* na *Revue de Métaphysique et Morale*, enfatizando a etnologia como protagonista das ciências sociais. Ensaio que levou Braudel a dar resposta, em 1958 através dos *Annales*, com o conhecido artigo *História e ciências sociais*, no intuito de demarcar o protagonismo da história entre as ciências vizinhas, especialmente através de seu conceito de longa duração.

muito ligada a estes elementos que, por sua vez, afloraram no século XX, decididamente empenhada a discutir conceitos: o que é fonte? O que é documento? O que é problema? O que é tempo? O que é espaço? Enfim, é no final do século XX que se vê a história delineando-se como diferente, construindo suas bases conceituais, integrando elementos não presentes nas demais ciências e possibilitando sua textualidade. Passou-se a agregar aspectos poéticos, desenvolvendo a capacidade de imaginação do historiador, pois o próprio conceito integra essa capacidade poética.

Veyne (1976, p. 67) salienta que a história avançou continuamente na discussão conceitual. Não foi do acaso, do novo, do nunca imaginado. As transformações da história foram todas ligadas à questão conceitual, pois ao se pensar uma perspectiva da história, uma história da história, o que ela fez de novo foi renovar seus conceitos. Ou seja, quando renovou seu conceito de tempo, de espaço, de cultura, de narrativa, de mental e tantos outros dentro da gama variada das problematizações que a integram.

Os conceitos compõem o motor da ciência histórica. Eles são o que fazem a história funcionar e produzir um elemento significativo para a sociedade. Pois, parafraseando Veyne (1976), são com os conceitos que o historiador consegue traduzir o “todo confuso”.⁵ É o conceito que explica, classifica ou identifica determinados aspectos fatalmente discutíveis. Nesse sentido, é referência à ideia ou conceito de mentalidade, que é um objeto vagamente sentido, traduzido por uma palavra chamada de mentalidade, que se adapta a variadas formas, assim como a palavra “sertão”, a qual pode traduzir num único termo uma série de elementos distintos, os quais não se distingue claramente e que acabam por serem abarcadas, unificadas, em uma única expressão. Os termos “sertão baiano” e “sertão do Contestado” possibilitam compreender muito bem isso. São espaços vagamente sentidos que se traduzem em termos que são muito mais complexos e diferenciados do que aparentam ser.

Portanto, o conceito serve para tal, para traduzir determinados elementos a ponto de debatê-los. “Sertão” está inserido também nessa lógica. É um elemento traduzido, materializado em uma palavra que permite sua discussão. Importante frisar que isto não é exclusivo da história. Outros campos do conhecimento já o debateram. Este aspecto é um ponto importante no trabalho de Veyne (1976, p. 65) quando o autor menciona que existem elementos que são transformados de naturais em culturais ou científicos, ou seja, determinadas coisas que o cotidiano, que o olhar não histórico vê como algo banal como,

⁵ Entende-se aqui o “todo confuso”, abordado por Veyne (1976), como a dificuldade da ciência em compreender e dar conta de toda uma série de especificidades e aspectos que estão envoltos aos acontecimentos humanos.

por exemplo, a prática da festa do Senhor Bom Jesus, corriqueiramente realizada nos “sertões” do planalto sulino no final de século XIX e início do XX. Ao ser analisada sob o olhar científico da história, passa a ter um caráter cultural, a ser construída como elemento de identificação cultural. Assim, igualmente os conceitos se constroem.

O conhecimento histórico tem a capacidade de explicar ao contrário de apenas descrever. Ele possibilita apreender aspectos que passam despercebidos do crivo do cotidiano. Sem problematização intelectual são apenas coisas naturais, não científicas, não culturais. O conceito permite que o acontecimento exista e que se diferencie das simples definições podendo, assim, ser interpretado.

Outro importante estudioso dos conceitos, senão o mais citado e popular, é Reinhart Kosellek, o qual tem destaque na história conceitual pela sua capacidade de exemplificar sendo, assim, uma porta de entrada para aqueles que desejam aventurar-se nos conceitos. Kosellek (2006) define, no contexto de sua obra, que todo conceito possui uma história. A ideia de “sertão”, nesse sentido, logo evidencia que ela tem uma história, a qual parte da linguagem, uma vez que depende do uso oral pelas pessoas para tornar-se um conceito. Posto isso, apresenta-se importante a literatura, em se observar os textos literários para a compreensão de como determinados sentidos foram elaborados e empregados, como também ressignificados, pois se o conceito tem uma história ele pode sofrer alteração ao longo do tempo.

Kosellek (2006, p. 105) destaca-se ao definir que um conceito está atrelado a uma concepção temporal, que determinados significados permanecem em parte e outros alteram-se consideravelmente. Uma palavra pode continuar tendo a mesma grafia, mas seu significado ser totalmente outro, demonstrando que em consideráveis casos os conceitos podem ser muito mais recentes do que inicialmente se imaginava, pois seu sentido sofre alterações dentro da temporalidade, uma vez que, como já frisado, os conceitos possuem uma história e, assim sendo, podem comportar permanências e rupturas.

Outra contribuição de Kosellek (2006, p. 98 - 104), não menos importante, é a sua compreensão de que existe um método para a história conceitual. Esse método é o de investigar os significados dos conceitos ao longo do tempo. De tal maneira, ao se problematizar o “sertão” nos textos memorialistas, sociológicos, históricos e literários sobre o Contestado, vê-se certa mudança de sentido, uma mudança de significação e entendimento. Seu uso passa a denotar uma acepção cada vez mais geográfica do que cultural. Se, inicialmente, via-se uma ideia de isolamento, rusticidade, ignorância, crueldade e bestialidade (LUZ, 1999), agora, parece muito mais uma condição de distância, de

diferenciação socioeconômica, de desenvolvimento, enfim, de oposição ao litoral (MACHADO, 2004).

Ainda em consideração à metodologia, é de grande importância para a história dos conceitos a obra de Jörn Rüsen (2007), um historiador até então pouco trabalhado na historiografia brasileira, que está muito mais presente nos cursos de pós-graduação, mas que se apresenta como um dos grandes nomes nessa temática. Rüsen coloca muitos elementos propícios à reflexão da história. Com ele se tem a ideia de que o conceito constrói a história, o conceito é o material de construção da história, é dele que ela é feita. Ideia convergente com a de Veyne (1976, p. 81) quando este menciona que está na concepção, na constituição da história, a ideia do conceito e isto permite que a história seja concebida como ciência. Logo, ao se discutir um determinado texto, haverá a necessidade de se debater o que o faz um texto de importância histórica, quais os elementos que o tornam significativo para a sua compreensão no “espaço-tempo”, pois é o conceito que garante a existência temporal e espacial das coisas.

Uma vez que os conceitos são classificadores, eles também são qualificadores (Rüsen, 2006). O uso do termo “fanático”, em denominação aos sertanejos revoltosos do Contestado, a título de exemplo, além de buscar uma classificação dentro da sociedade da época, atribui uma qualificação de inferioridade para a camada cabocla da mesma, seja como prerrogativa de justificar determinadas ações vistas pela camada superior (branca e elitizada) como uma patologia psicossocial ou como simples elemento de segregação e hierarquização.

Portanto, para o raciocínio aqui desenvolvido, é possível mencionar que o “sertão do Contestado”, quando empregado como conceito, passa a qualificar, agregando ao termo uma carga pejorativa. Os jornais do Paraná e Santa Catarina, no final de século XIX e início do XX, por vezes trataram de denominar a área contestada pelos respectivos estados, entre as vilas de Papanduva e Vila Nova do Timbó, como “sertão de Canoinhas”,⁶ denominação esta que pode estar atrelada a uma ideia, bastante forte naquele momento, de que a então vila de Canoinhas constituía-se de uma zona de refúgio para bandidos da pior espécie. Inúmeras edições destes jornais, especialmente os paranaenses, utilizaram em títulos de chamadas expressões como “bandidos de Canoinhas”⁷. Referência a notícias de que aquele local seria, em decorrência da indefinição de limites, uma área em que vários remanescentes da Revolução Federalista e assassinos de várias origens estabeleceram como reduto.

⁶ Jornal *Diário do Paraná*, 20 de março de 1897. Arquivo da Biblioteca Nacional.

⁷ Jornal *A Republica*, 11 de março de 1897. Arquivo da Biblioteca Nacional.

Um dos possíveis⁸ fundadores da vila de Canoinhas, Francisco de Paula Pereira (QUEIROZ, 1977, p. 41), também chamado, pela população da época, de monge, ou Chico Pereira, foi consideravelmente noticiado pela imprensa como criminoso: “o nosso Antonio Conselheiro de Canoinhas”. Matéria publicada no jornal *A Republica* em 11 de março de 1987 traz em primeira página a seguinte menção:

Ninguém ignora hoje que, sob a direção de Francisco Pereira, explorado por typos, que já estão conhecidos, existe a margem do rio Canoinhas, comarca do Rio Negro, uma horda composta de bandidos, deixados pelas columnas revoltosas, que aqui estiveram, e de criminosos evadidos de nossas prisões, a que diariamente está se reunindo a escoria das populações ruraes dos municípios visinhos. [...] Assim reunidos, dispondo de armas de toda a espécie, aquelles indivíduos, hoje em numero avultado, não trabalham, não obedecem a auctoridade alguma, matão, roubão e praticão toda sorte de selvageriaas ao mais leve aceno do *santo monge*, que procede com grande escrupulo na escolha dos que devem ser aceitos alli.⁹

Cerca de nove dias após a publicação do trecho acima transcrito, em 20 de março de 1987, o jornal *Diário do Paraná* publicou comunicação de pessoa não informada rechaçando as menções feitas no *A Republica*:

Não existe, nunca existio lá agrupamento de pessoas armadas, ainda menos com fins políticos. Chico Pereira é negociante; por ser homem intelligente e currar pela homeopathia, goza de influencia junto ao povo do sertão. Informações dadas ahi inteiramente infundadas.¹⁰

Percebe-se que a ideia de “sertão” era de certa forma pejorativa, mas mesmo assim utilizada por aqueles que se apresentavam como defensores do referido espaço, denominando seus habitantes de “povo do sertão”. Neste sentido, uma das valiosas contribuições de Rüsen é a sua alusão de que os conceitos são uma construção intelectual, a criação de uma imagem mental representada acerca das coisas. “Os conceitos históricos são recursos linguísticos das sentenças históricas” (RÜSEN, 2006, p. 91).

Ao refletir sobre o Contestado, conseqüentemente imagina-se uma série de elementos que passam a atribuir sentido a uma construção intelectual. O “sertão” encontra-se na mesma lógica, uma vez que tal denominação passa a fazer parte de uma construção e também de uma temporalidade. Se “sertão” é esforço de uma construção intelectual, logo se pode ver o tempo dele, o momento que tal dinâmica social deu vazão para aquele sentido cuja expressão é tributária.

⁸ A pouca historiografia existente sobre o município de Canoinhas aponta Francisco de Paula Pereira como seu fundador. Contudo, usamos aqui o termo “possível” devido as pesquisas, ainda em andamento, do historiador e professor da Universidade do Contestado, Alexandre Assis Tomporoski, estarem demonstrando que tal atribuição talvez não seja propriamente exata.

⁹ Jornal *A Republica*, em 11 de março de 1987. Arquivo da Biblioteca Nacional.

¹⁰ Jornal *Diário do Paraná*, 20 de março de 1987. Arquivo da Biblioteca Nacional.

Sobre o conceito histórico é fundamental a contribuição de Rüsen (2006, p. 97) quanto à menção de que os conceitos, além de classificadores, são qualificadores. Por outro lado, há de se observar a exigência de que os conceitos estejam submetidos à linguagem das fontes, sendo pertinentes a elas. Não se pode forçar o emprego da história conceitual onde ela não cabe, ou seja, onde o conceito não é reconhecível.

De tal maneira, ao se propor a discussão do “sertão” no âmbito do Contestado, é necessário que sua historiografia fale de “sertão”. É necessário que o conceito esteja presente na sua linguagem, externando uma construção intelectual possível ser capturada pela história no cenário conceitual. Por outro lado, tal captura só é factível por uma condição da atualidade, do momento vivenciado, uma vez que os conceitos têm uma orientação que é muito característico do presente, da condição do observador, do pesquisador que a empreende. É a concepção do agora que permite a visualização dos preconceitos em determinados termos.

O Sertão na historiografia do Contestado

Um dos grandes erros perceptíveis no senso comum sobre a Guerra do Contestado, ou melhor, Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916),¹¹ é a ideia de que o evento foi um conflito armado entre os estados do Paraná e Santa Catarina pela posse de território. Tal concepção, muito presente no imaginário popular, materializa-se como importante aspecto a ser desconstruído sobre o tema, uma vez que há diferença naquilo que foi um conflito político-judicial entre dois entes do então Estados Unidos do Brasil, Contestado, e o conflito sociocultural instaurado entre a população sertaneja, pobre e cabocla, frente ao capital estrangeiro, e às recém-inauguradas instituições republicanas, Guerra do Contestado.

O entrave político-judicial, Contestado, teve como marco a indefinição das fronteiras, a qual surgiu ainda no período colonial, quando “Santa Catarina e São Paulo [...] disputam a jurisdição sobre a região do planalto serrano, mais especificamente das terras situadas a oeste, entre os rios Uruguai e Iguaçu, e ao sul de Rio Negro” (MACHADO, 2004, p. 124). Tais disputas se prolongaram incluindo contestações de limites pelo estado do Rio Grande do Sul como também pela Argentina, que reivindicava terras a oeste da área do

¹¹ Utilizamos aqui a nomenclatura Guerra Sertaneja do Contestado por concordarmos com a observação feita pelo historiador Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 36), o qual aponta ser esta mais adequada e, por sua vez, já utilizada pelo sociólogo Maurício Vinhas de Queiroz (1977), indiretamente fazendo referência a outras guerras e movimentos sertanejos brasileiros.

Contestado, fato que teve um desfecho somente em 1895 com a arbitragem do então presidente dos Estados Unidos, Stephen Grover Cleveland.

Contudo, a questão de limites entre Santa Catarina e Paraná eclodiu com a criação do Paraná enquanto província em 1853, desmembrado da Província de São Paulo. Os paranaenses “procuram firmar a posse sobre terras do oeste barriga-verde, alargando seu já mais extenso território” (AURAS, 1984, p. 25). No mesmo ano de 1853, Santa Catarina apresentou à Assembleia um projeto determinando os limites de sua província, sendo: “Ao norte, com o Paraná pelo Saí-Guaçu, rio Negro e aquele em que deságua. Ao sul, com o Rio Grande do Sul, pelo rio Mampituba, arroio das Contas, rio Pelotas e rio Uruguai” (MIRANDA, 2012, p. 43). Apesar da impugnação do projeto pelo então presidente do Paraná, Zacarias de Góis e Vasconcelos, o parecer da câmara foi favorável à Santa Catarina.

A partir de então inúmeros projetos sobre os limites territoriais foram debatidos tanto nas Assembleias quanto no Senado, tendo Santa Catarina levado a questão ao Supremo Tribunal Federal, obtendo ganho de causa em 1904 e, novamente, em 1909 e 1910, “quando aquela Corte rejeita os embargos propostos por Rui Barbosa” (AURAS, 1984, p. 27).

Já com relação ao conflito sociocultural, a Guerra do Contestado, há uma motivação complexa, envolvendo diversas ordens, o que obviamente necessitaria de uma abordagem bem mais extensa, a qual não é objetivo deste artigo dar conta. Entretanto, sinteticamente, a historiografia apresenta como motor do movimento uma cadeia de situações que circundam *questões religiosas*: a crença nos monges,¹² alimentada em forte senso de justiça, com características messiânicas e milenaristas; *questões políticas*: estabelecimento da República e a conseqüente demarcação das fronteiras; e *questões sociais*: inserção do capital estrangeiro, especialmente a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e a implantação da madeireira Lumber, como também a inexistência de uma regularização justa da terra. Tais questões acabaram por desencadear um dos mais longos e importantes conflitos sociais da história do Brasil. Conflito este que, recentemente, muito pelo aumento dos cursos de pós-graduação no país a partir dos anos dois mil, vem ganhando destaque nos estudos de história, com pesquisas que passaram a trazer uma nova visão sobre o Contestado.

¹² O século XIX e o início do século XX foi marcado pela constante peregrinação de eremitas pelo planalto meridional, geralmente utilizando como rota os caminhos de tropas. Tal circunstância, aliada a deficitária presença da Igreja Católica naquele espaço, propiciou o fortalecimento de um catolicismo rústico que elegeu um representante espiritual, algo que poderíamos chamar de “santo popular”, materializado na figura de São João Maria, este personificado pela passagem no sertão sulino de três monges principais: João Maria de Agostinho, João Maria de Jesus e José Maria de Santo Agostinho. Importantes trabalhos sugeridos para aprofundamento deste aspecto são as obras de Eloy Tonon (2010) e Alexandre de Oliveira Karsburg (2014).

De tal maneira, ao analisar a historiografia do movimento, desde os primeiros escritos ainda no início do século XX e as recentes dissertações e teses defendidas, percebe-se, notoriamente, uma mudança bastante significativa na visão estabelecida sobre o conflito em diversos aspectos. Um destes é o termo “sertão”, utilizado por vários dos estudiosos do tema para denominar a área em litígio entre os estados, como também os locais de domínio do movimento caboclo.

Segundo Janaína Amado (1995, p. 8) “desde o início da história do Brasil [...] ‘sertão’ configurou uma perspectiva dual, contendo em seu interior uma virtualidade: a da inversão. Inferno ou paraíso, tudo dependia do lugar de quem falava”. Assim também o é o sertão do Contestado, o qual ganhou significados distintos em cada obra.

Para Lúcia Lippi de Oliveira (2010, p. 2):

O lugar geográfico ou social identificado como sertão acompanha este caminho que recebe ora uma avaliação positiva, ora negativa. As definições de sertão fazem referência a traços geográficos, demográficos e culturais: região agreste, semiárida, longe do litoral, distante de povoações ou de terras cultivadas, pouco povoada e onde predominam tradições e costumes antigos.

Sertão é uma categoria utilizada provavelmente desde século o XII, com grafias diferentes como “sertão”, “certão”, originado do termo “desertão”, referindo-se às áreas em Portugal distantes de Lisboa. Ou, advindo do latim clássico “serene”, “sertanum”, “desertum”. Enfim, foi com frequência usada pela Coroa portuguesa e no Brasil fartamente encontrado na documentação oficial (AMADO, 1995, p. 4-5). “Em Santa Catarina, ainda hoje se emprega a expressão ‘sertão’ para referir-se ao extremo oeste do Estado” (AMADO, 1995, p. 1).

Entre 1712 e 1728, o padre Raphael publicara seu “Vocabulario portuguez & latino”, o conhecido “Vocabulário de Bluteau”, popularizado como o primeiro dicionário da língua portuguesa. Nele, encontra-se “sertão” grafado como “sertaõ”, tendo como significado “região, apartada do mar, & por todas as partes, metida entre terras” (BLUTEAU, 1712-1728, p. 613).

Na historiografia brasileira, sertão é problematizado por copiosos intelectuais, tendo como pioneiro¹³ Francisco Adolfo de Varnhagen que, ao escrever em 1854 a obra *História Geral do Brazil*, procurou definir um sentido para sertão, sendo por ele refletido como lugar de difícil penetração, com obstáculos, não desenvolvido, desabitado, sem civilização permanente, terra adentro, local além, o qual pode conter riquezas. Enfim, uma oposição ao litoral, onde há a possibilidade de ocorrer assaltos, mas para onde também se

¹³ O historiador José Carlos Reis (2006, p. 23) define Varnhagen como o “Heródoto do Brasil”, considerando-o o início da historiografia brasileira.

pode correr. O “sertão” para Varnhagen é um lugar percorrido por bárbaros, sem moral, trilhado pelos gentios, local longínquo, mas que vai se tornando mais perto, passando a ficar ao lado. Também é ocupado por cristãos que se deixam corromper pelos costumes dos gentios (VARNHAGEN, 1854).

Outro importante intelectual a debruçar-se sobre o conceito de “sertão” é Capistrano de Abreu, o qual foi o leitor mais atento e crítico de Varnhagen (REIS, 2006, p. 88). A obra de Capistrano, especialmente *Capítulos de História Colonial*, publicada originalmente em 1907, é sintetizada em uma história “econômica-social-geográfica-cultural” da conquista. Ao contrário de Varnhagen, ele “duvida da tradição, faz uma crítica radical da memória” (REIS, 2006, p. 114). O “sertão” para Capistrano é também oposição ao litoral, a costa, mas, por sua vez, é um local pálido e de pouca fauna, zona de mata e de difícil penetração, de onde se pode fugir e repelir os indígenas e, ao mesmo tempo, deve conter riquezas e fornecer suprimentos. É um lugar desocupado, despovoado, desconhecido e áspero, devastado pelos colonizadores e conseqüentemente ocupado pelo esforço de várias gerações destes. Foi conquistado dos gentios bravos pelos bandeirantes paulistas, sendo o temor inicial do “sertão” superado com a expectativa de fortuna por aqueles que imprimiram a colonização. Diferente de sua geração de intelectuais que viam um pessimismo no futuro do Brasil, influenciados pela teoria determinista, Capistrano optou por uma teoria que “valoriza a singularidade, a historicidade de cada povo e formulou uma nova interpretação do Brasil que enfatizara o tempo histórico especificamente brasileiro” (REIS, 1998, p. 69).

Ainda no contexto historiográfico, há de se considerar a figura de Sergio Buarque de Holanda, intelectual que, “segundo os seus biógrafos e analistas, possuía enorme erudição em ciências sociais, literatura e artes, apesar de indisciplinado e boêmio” (REIS, 2006, p. 116). Ele publicou importantes obras como *Raízes do Brasil* (1936), *Visão do Paraíso* (1959) e a coleção *História Geral da Civilização Brasileira* (1960-72). É, até hoje, referência indispensável ao se tratar de historiografia brasileira.

Para Holanda, o “sertão” é definido como um lugar que pode ser percorrido e ocupado por meio do trabalho, com interesse de metais ou pedras preciosas havendo, assim, a necessidade de interligá-lo ao litoral. Contudo, exige uma adaptação do homem, sendo conquistado com o apoio dos indígenas. É um lugar cheio de promessas, mas é agreste, ermo, incógnito e bruto. Segundo Reis (2006, p. 142):

Se em Capistrano o espírito brasileiro, portador da mudança, se exprimiu no sertão, contra o litoral português, em S. B. de Holanda este espírito vai ser continuado nas cidades, contra o mundo rural português e também contra o sertão de Capistrano, ainda muito ibérico, familiar e católico. A mudança em S. B. de Holanda se radicaliza e se amplia, o horizonte se abre, e o seu espírito se enche de otimismo.

Como há de se perceber, as visões de diferentes intelectuais, em diferentes épocas, exprimem concepções díspares. Assim como as palavras, os termos também passam a modificar-se, a agregar novos significados com o tempo. Igualmente, em constante redefinição de seus métodos e teorias, a história é metaforicamente uma grande embarcação no oceano, em permanente flutuação, lutando contra a ação da maresia e das correntes marítimas, exigindo contínuo reparo, porém, sem a necessidade obrigatória de deixar de flutuar. Ou seja, enquanto conhecimento, ela está em frequente redefinição de suas formas, objetos e escrita, sem que para isso haja uma interrupção de seu fluxo, de seu devir. “Pois uma história é como constructo mental e como experiência temporal interpretada, inevitavelmente particular. Ela tem sempre um começo e um fim, para além dos quais se podem imaginar começos e fins de outras histórias” (RÜSEN, 2007, p. 58).

Como acentua o historiador Paul Veyne (1976, p. 64), a história é “composta de núcleos de cientificidade”. De tal maneira ela se mantém aberta à contribuição de uma gama variada das ciências, se beneficiando dos diversos progressos destas. Contudo, deve-se considerar certa diferenciação da ciência histórica para as demais do ramo das humanas, diferença caracterizada pela sua capacidade de autorreflexão, de rever constantemente seus métodos e concepções (MALERBA, 2006, p. 15). Ato efetivado pela problematização historiográfica nas pesquisas.

Questões que envolvem a ideia de “sertão” foram constantemente mencionadas nos trabalhos que problematizaram o Contestado. Desde os primeiros relatos memorialistas, a categoria “sertão” se mostrou presente nas narrativas influenciando, dessa forma, o uso do termo nos trabalhos que se seguiram. Pretende-se, neste tópico, abordar obras de diferentes momentos da trajetória historiográfica do Contestado e demonstrar como a apropriação conceitual do “sertão” aparece em diferentes momentos da historiografia.

Em Alcebíades Miranda, autor da obra *Contestado*, o “sertão” é recorrente. O palco e os espaços em que os fatos da guerra aconteciam precisavam ser dimensionados, narrados, imaginados. O “sertão”, para Miranda, materializa-se como uma região pouco palmilhada, onde predominava a mata virgem, riscada por um ou outro trilho de cargueiros em que tão somente transitavam indivíduos a pé, geralmente criminosos e fugitivos das mais variadas circunstâncias. O “sertão” é o efeito do abandono político. A criminalidade e ignorância são resultados da incúria dos governantes, os quais tão somente preocupavam-se com a região litorânea do Brasil, deixando o interior do país à margem das iniciativas.

Nesse sentido, o abandono político se estabelece na narrativa como uma constante necessidade de comparação entre Canudos e o Contestado, materializados como fenômenos

de morbidez social. Locais onde as situações criminógenas são parecidas, com absoluta falta de assistência, mas que necessitam diferenciação e analogia, especialmente quanto ao ambiente e aos sujeitos que o habitavam (MIRANDA, 2012, p. 14-15).

A chave para Miranda empreender a análise entre Canudos e Contestado é a necessidade de se fazer referência a Euclides da Cunha, de se buscar, de alguma maneira, fazer crítica ao texto do escritor carioca. Miranda deprecia Euclides, afirmando que ele não teria realizado a devida e necessária comparação entre os “sertões” do Norte e os de Santa Catarina e Paraná, ao chamar o gaúcho de sertanejo. Para Miranda, no Rio Grande do Sul não existem propriamente “sertões”, e que os “paralelos estabelecidos entre os teatros das operações do vaqueiro e do gaúcho se referem mais especificamente no chão do nordeste e ao pampa rio-grandense” (MIRANDA, 2012, p. 14). Acrescenta que com relação aos “sertões” catarinenses e paranaenses a coisa é outra, “são análogos aos do norte, quanto à solidão e ao quase abandono em que se ostentam a vegetação” (MIRANDA, 2012, p. 14).

Para Susan Aparecida de Oliveira (2006, p. 13), as interpretações do Contestado na primeira metade do século XX, revelaram-se pautadas pela polarização entre “sertão” e cidade, entre barbárie e civilização, sendo o modo como Euclides da Cunha apresentou seu texto, efetivando a crença de um realismo e uma confiança em seu testemunho, incitou os oficiais memorialistas, como Miranda, a imitá-lo, intencionalmente ou não, para garantir determinado realismo na narrativa. Por outro lado, também houve uma tentativa de fazerem-se heterogêneos, na procura de recuperar uma imagem do Exército, em certa medida deteriorada por *Os sertões*.

Tal polarização, mencionada por Oliveira (2006), surge no discurso de Miranda quando este estabelece uma diferenciação visual que teria feito quando participou das operações no Contestado, como também em visita posterior à região. Para ele, haveria uma vida nômade no “sertão”, comprovada pelo raro encontrar de uma construção de alvenaria. Quase tudo se construía com a madeira, incluindo as estações de trem. Na sua visão, nos próprios centros mais habitados do norte do Paraná predominava a construção com o madeiro (MIRANDA, 2012, p. 17).

Em suma, o “sertão” para Alcebíades Miranda constitui um espaço em que predomina a criminalidade e a ignorância. Mas, não uma ignorância buscada, premeditada, e sim responsabilizada, efetivada pelos seus governantes que historicamente o negligenciaram. Um espaço habitado por sujeitos desasseados, que se nutrem mal, o que, porém, não lhes causam maiores prejuízos. Sertanejos que não amam o trabalho, libertinos e supersticiosos. Todavia, um local que pode ser diferente, de paz reinante, obtido com a efetiva presença de escolas nas mais remotas paragens e recônditas regiões, e firmado com

o castigo às “autoridades que abusam dos cargos para perseguir desafetos de qualquer classe” (MIRANDA, 2012, p. 23).

Já para Demerval Peixoto – oficial que esteve na região de conflito entre setembro de 1914 a abril de 1915, junto à expedição de Setembrino de Carvalho (RODRIGUES, 2012, p. 242) e que, logo ao findar do conflito, sob o pseudônimo de Criveláro Marcial¹⁴, escreveu a obra *A campanha do Contestado: episódios e impressões* – o “sertão” que constituía a região do contestado era um verdadeiro tesouro, especialmente pelo pinho e pelo mate. Riquezas que poderiam fazer daquele sertão uma nova Canaã, à medida que a República o fazia ressurgir do abandono (PEIXOTO, 1920, p. 10).

Os rios também se destacam na redação, suas nascentes e cursos são detalhados com cuidado, deixando claro que, para este intelectual militar, o “sertão” não é um espaço árido, de pouca flora ou carente de chuvas, é um “sertão” muito mais constituído de práticas, conceituado pela atividade humana.

O “sertão” para Peixoto apresenta-se muito mais como um ambiente de causa e efeito do homem do que da natureza. Há uma perceptível preocupação com os sujeitos que empreendem relações naquele ambiente, sejam elas de caráter social, cultural, econômico ou militar. Ele entende o “sertão” como um espaço inculto, termo mais utilizado para exprimir sua visão. Não é isolado, não é despovoado, tanto que pode ser formado por núcleos habitados, o que o autor chama de “cidade sertã” (PEIXOTO, 1920, p. 127). Uma área que possui riquezas, a qual poderia ser uma das regiões mais pujantes no início do século XX, fato este não ocorrido pelo “fanatismo” e pela opressão coronelista.

Como há de se perceber, os discursos memorialistas do Contestado são cheios de conceituações e de representações sobre os espaços, sobre os elementos humanos que neles empreenderam sociabilidades. Fazem o “sertão extravasar a concepção física, geográfica, adentrado ao sobrenatural, aos espaços sociais, exprimindo, especialmente em Peixoto, uma ideia de que ele pode apresentar-se em toda parte. Pode ser a expressão do desconforme, daquilo que é diferente, desigual do modelo esteticamente concebido como o padrão.

Neste sentido, cabe citar um dos textos mais controversos acerca do Contestado, de autoria do médico Aujor Ávila Luz, vilipendiosamente intitulado *Os fanáticos, crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*, publicado originalmente em 1952, tendo uma nova edição lançada pela Editora da UFSC em 1999. Obra que configura uma visão elitista e preconceituosa da década de 1950. O “sertão” é visto como “um ambiente

¹⁴ Segundo observação de Rodrigues (2008, p. 139), Demerval Peixoto certamente utilizou-se do pseudônimo Cliveláro Marcial devido à proximidade e envolvimento na campanha do Contestado, procurando assim não ter seu nome ligado diretamente ao conflito.

criminógeno, em que o indivíduo com tendência de delinquir, fustigado por circunstâncias perigosas, sentiu-se compelido ao crime” (LUZ, 1999, p. 108).

Entretanto, o trabalho de Ávila Luz torna-se de merecida menção, no que tange o percurso da historiografia sobre o tema. É um dos primeiros estudiosos não militares a empreender um estudo intelectual sobre o Contestado e, como é comum nos trabalhos de cunho histórico regional, procura realizar uma extensa descrição do território, da região, do palco em que o espetáculo do fato ocorrera. Para tanto, em mais de um terço de seu texto a ideia, a concepção de “sertão” é por vezes mencionada. Desta forma, a obra torna-se pertinente para a reflexão aqui desenvolvida, além de externar, mesmo que de maneira questionável, uma visão de alguém que não teve participação direta na beligerância.

Para Ávila Luz, o “sertão” pode ser algo móvel, passível de modificação e de conquista. Poderia, em um primeiro momento, ser aquilo que fica entre a serra e o litoral, uma espécie de “sertão litorâneo, afastado da costa e tendo ainda para serem galgados os obstáculos das serranias da Serra do Mar” (LUZ, 1999, p. 42). Obstáculos que dariam acesso ao “sertão adentro”, onde encontrar-se-ia solo não atrativo para a agricultura, onde o frio é rigoroso não havendo rios que tendam mais para o interior. Interior onde, aí sim, alcançar-se-ia terra fértil, porém distante (LUZ, 1999, p. 43).

A noção de “sertão litorâneo” é bastante evidente no pensamento de Ávila Luz. Para ele, é uma área não explorada, não dominada e conhecida, mesmo que à beira mar, constituía um “sertão”. Ao aduzir as primeiras intensões de povoamento da costa catarinense, em meados do século XVIII, o autor demonstra o isolamento dos núcleos habitados, os quais mantinham ligações pelo oceano e não por terra, sendo seus habitantes “psiquicamente afeiçoados ao mar [...] e nunca iriam penetrar os sertões” (LUZ, 1999, p. 47).

No conjunto da obra de Ávila Luz, é apreensível certa classificação, uma distinção dos “sertões”. Em um raciocínio cartográfico, de leste a oeste, primeiramente se tem os “sertões litorâneos”, aqueles estabelecidos entre a costa e a serra. Interessante observar que no pensamento do autor a área de serra não reflete um “sertão”. É um marco geológico que separa dois “sertões distintos”: o “do litoral” e o “de dentro”.

Seguindo em direção oeste, além da serra, o “sertão de dentro” é concebido com novas atribuições. É um lugar aberto inicialmente pelos bandeirantes e depois pelos tropeiros, sendo a grande área trilhada por estes últimos “um sertão inculto e ameaçado pelo gentio” (LUZ, 1999, p. 49). É neste “sertão inculto”, cenário do Contestado, terra do caboclo, do “sertanejo”, que Ávila Luz busca definir o perfil do respectivo habitante, o qual “por viver nos matos e sertões, afeiçoadado à caça, teve a sua face requemada pelo sol” (LUZ,

1999, p. 73), tem uma “fraca noção de propriedade” (LUZ, 1999, p. 84), vive em lugar de certa “herança do sistema patriarcal português em que o poder de “*pater-família*”, que dava direito de vida e de morte aos filhos e peões, era incontestável, explica a autoridade e a severidade dos pais nos sertões” (LUZ, 1999, p. 83-84). Enfim, em “certo número de mestiços [...], pouco caldeados, realmente, não há unidade psicológica: são vadios, impulsivos, inconstantes, imprevidentes, sugestionáveis e superexcitados sexuais” (LUZ, 1999, p. 71).

Outro trabalho sobre o Contestado, pertinente nessa problematização conceitual, é a obra de Maurício Vinhas de Queiroz (1977), *Messianismo e conflito social*, publicada em primeira edição no ano de 1966. Queiroz é, segundo Janaína Amado (1995, p. 2), um dos sociólogos que passaram, a partir da década de 1950, a dar importância na análise da categoria “sertão”. Seu texto, assim como de Ávila Luz (1999), propõe realizar uma descrição extensa do território do Contestado, incluindo coordenadas geográficas e aspectos climáticos e botânicos. Contudo, seu foco, neste aspecto, diferencia-se por uma maior preocupação em descrever as diferentes frentes de ocupação, utilizando e conceituando, destarte, uma visão própria de “sertão”.

O “sertão”, para o respectivo sociólogo, é mais homogêneo do que para Ávila Luz (1999), menos dividido, assim como também não compõe um local inabitado, deserto, uma vez que a presença do indígena conforma uma presença humana, não sujeito à negação. Pois antes mesmo “da chegada dos conquistadores, essas terras entre o Iguaçu e Uruguai já eram habitadas” (QUEIROZ, 1977, p. 19). Para ele, toda área trilhada pelos tropeiros, desde São Paulo até o Rio Grande do Sul, era um “grande sertão”, mencionando o caminho de tropas com a nomenclatura de “Rota dos Sertões para Viamão” (QUEIROZ, 1977, p. 23).

Vinhas de Queiroz é ainda hoje um dos principais nomes da historiografia do Contestado. Sua menção é quase que obrigatória, em grande parte por ser um dos primeiros estudiosos a entender e atribuir uma imagem distinta sobre o “sertanejo”, diferente daquela até então concebida, em que o caboclo era tido como incapaz de organizar-se politicamente. Para o sociólogo, os sertanejos do Contestado “manifestaram a clara consciência da necessidade de garantir o seu direito de terras” (QUEIROZ, 1977, p. 14). Entretanto, ao elaborar as conclusões da obra, Vinhas de Queiroz acaba por contradizer-se em vários aspectos antes defendidos no interior de sua narrativa. Atribui ao movimento motivações relacionadas a um “surto messiânico”, a uma “exaltação emotiva”, com a presença de uma “dominação carismática”, os “sertanejos não tinham condições militares, materiais e culturais para vencer a guerra santa” (QUEIROZ, 1977, p. 252).

Em síntese, o “sertão do Contestado” para Vinhas de Queiroz, apesar de um pouco contraditório, é um ambiente povoado mesmo antes da vinda dos conquistadores. Local de intensas relações culturais e sociais, porém, hierarquizadas, preenchido de forte religiosidade, onde prevalece um misticismo. Contudo, a característica mais enfática, presente no conjunto de sua narrativa, é a noção de “sertão isolado”, a qual é desconstruído no trabalho de Paulo Pinheiro Machado (2004).

A obra de Machado, *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*, tese de doutorado adaptada para livro, publicada em 2004 pela Editora da Unicamp, é considerado atualmente o mais completo, preciso e detalhado trabalho de história sobre o Contestado. Configura-se em um esforço minucioso de análise histórica social sobre a atuação das chefias caboclas, utilizando vasto aparato documental e teórico, no qual a região e seu povoamento têm destaque. Nele, encontram-se elementos que não só atribuem uma representação diferente para “sertão”, como também afirmações que objetivam compreender em profundidade discursos anteriores sobre o mesmo.

A título de exemplo, para Machado (2004, p. 45) “os relatos militares são semelhantes a relatos de viajantes europeus sobre regiões atrasadas”. Ao pensar indiretamente o “sertão do Contestado”, o autor buscou desconstruir a visão empreendida pelos textos dos memorialistas militares e dos sociólogos, de que a região era totalmente “abandonada” (PEIXOTO, 1996, p. 18), “isolada” (QUEIROZ, 1977, p. 252), senão, para as condições da época, uma área muito privilegiada pelas várias ligações com o restante do país, sendo cortada pelas principais rotas de tropeiros, na qual a comunicação era bastante rápida.

O tropeirismo criava um ambiente de permanente ligação do planalto com outras regiões. A população do planalto **não vivia** em isolamento **num sertão distante**; estava ligada por laços de trabalho, parentesco e solidariedade a outras comunidades mais distantes e era frequentemente informada dos últimos eventos estrategicamente por várias localidades, a fim de contar pontos de apoio, pouso, descanso e retaguarda para a complexa atividade do tropeirismo (MACHADO, 2004, p. 81, grifo nosso).

Machado entende o “sertão do Contestado” como um lugar “bastante habitado” num contexto de Brasil da época. De “vegetação nativa”, “predominantemente de matas”, assim como “ervais e faxinais sobre campos” (MACHADO, 2004, p. 332). Não admite o “sertão” como isolado espacialmente, tampouco culturalmente, pois este “colocava-se no meio de um conjunto de rotas mercantis conhecidas como caminhos das tropas, que desde cedo, interferiu no prolongamento dos laços sociais e de parentesco bem como na ampliação dos contatos culturais” (MACHADO, 2004, p. 336). Sua oposição ao isolamento é o aspecto mais expressivo para a análise aqui intentada.

Considerações finais

Pensar que o “sertão” no contexto do Contestado permanece estático, paralisado, é bastante inapropriado. Pretendeu-se demonstrar, no desenvolver deste artigo, que o “sertão”, mesmo dentro de seu entendimento intelectual, sofreu modificações nas diferentes obras sobre o Contestado, e isso é ainda mais evidente na sua significação, no uso cotidiano e a apropriação de aspectos diferentes, por vezes divergentes, é utilizada como mecanismo de significação e diferenciação na sociedade. Aliás, é o uso na sociedade que demonstra sua capacidade de ressignificação, de transformação, e até de ideologia, quando o conceito muda completamente de sentido passando a expressar algo completamente inverso a sua concepção fundamental.

Com relação ao tema da historiografia, é questionável um trabalho de conteúdo histórico que não debata o Contestado dentro desta perspectiva. Sua abordagem, desde os historiadores de farda até as recentes dissertações de mestrado e teses de doutorado, possuem uma compreensão tão diversa que se torna amadora qualquer intenção de abordagem que não esteja intrínseca a uma ou outra forma anterior de compreensão. O que faz da negação do tratamento historiográfico uma mera tentativa de se fazer novo, mesmo que de modo não intencional.

Afinal, é certo que o esforço de conceituação de “sertão”, neste texto apresentado, não dá conta de sua amplitude e complexidade. Mas, entende-se que a problematização dos autores aqui tratados possibilitou dimensionar historiograficamente uma linearidade da reflexão intelectual sobre o Contestado. Obviamente que outras obras referenciais, em especial a de Duglas Teixeira Monteiro (1974), *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*, merecia um lugar nesta discussão, posto que a própria Janaína Amado (1995, p. 2) enfatiza sua pertinência. Mas isso fica, quem sabe, para um próximo artigo.

SERTÃO OF CONTESTADO: AN ANALYSIS OF CONCEPTUAL HISTORY

Abstract: This article proposes a discussion about the concept of "sertão", specifically in the context of Contestado (1912-1916), with emphasis on the works developed by Alcebíades Miranda, Demerval Peixoto, Aujor Ávila Luz, Maurício Vinhas de Queiroz and Paulo Pinheiro Machado. To this end, a generic approach of "sertão" category will be created, indicating its etymological constitution and problematizing its idealization in the beginnings of Brazilian historiography. Such category is figured based on the thoughts of Varnhagen, Capistrano de Abreu and Sergio Buarque de Holanda. The work points out theoretical aspects of "conceptual history", which is a field of study that conceives the meaning of constant words and terms changes that have historical and cultural significance. Then, the importance of the historiographic debate in historical studies is addressed by emphasizing the self-reflective character of the history, which contributes to the critical overcoming of certain worldviews, demonstrating that certain models may not be analytically the best ones. In short, the text presents a possible linearity of intellectual thinking of important researchers on "sertão" movement of Contestado, in which "sertão" represents a distant, uninhabited and uncultured place, as well as a practiced and not isolated place of intense and conflicted social and cultural relations.

Keywords: Sertão. Conceptual History. Historiography. Contestado.

Referências

AMADO, Janaina. Região, Sertão, Nação. In: **Estudos históricos**. v. 8, n 15. Rio de Janeiro, 1995.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: Editora da UFSC; Assembleia Legislativa; São Paulo; Cortez Editora e Livraria, 1984.

BLANKE, Horst Walter. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico. Lisboa: Na officina de Pascoal da Sylva, 1712 - 1728.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **A campanha do Contestado**. 2.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

ESPIG, Marcia Janete. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (1908-1915). 2008. 434 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **Eremita das Américas**: a odisseia de um peregrino italiano no século XIX. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos.

Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LUZ, Aujor Ávila da. **Os fanáticos**: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos. 2.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

MALERBA, Jurandir (org.). **A História Escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

MIRANDA, Alcibíades. **Contestado**. 2.ed. Curitiba: IHGPR, 2012.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A conquista do espaço**: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In: Hist. cienc. Saúde-Manguinhos. Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Susan Aparecida de. **Guerra do Contestado**: mimeses e políticas da memória. Florianópolis, Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado**: raízes da rebeldia. Curitiba: Farol do Saber, 1995. v. 1.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). 2.ed. São Paulo: Ática, 1977.

REIS, Jose Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **Capistrano de Abreu (1907)**: o surgimento de um povo novo: o povo brasileiro. In: Revista de História da FFLCH-USP. São Paulo, 1998

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

TONON, Eloy. **Os monges do Contestado**: permanências, predições e rituais no imaginário. Palmas: Kaygangue, 2010.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **O Caramuru perante a história**. Dissertação apresentada ao Instituto pelo sócio correspondente o Sr. Francisco Adolpho de Varnhagen. Revista do IHGB, tomo X, 1848.

VEYNE, Paul. História conceitual. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SOBRE OS AUTORES

Eloi Giovane Muchalovski é mestrando em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO); membro do NUPHIS - Núcleo de Pesquisa em História da Universidade do Contestado.

Oséias de Oliveira é doutor em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP); docente da Universidade Estadual do Centro-Oeste.

Recebido em 31/05/2017

Aceito em 11/07/2017